



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

**O PAPEL DO GESTOR PÚBLICO NA IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES
DOS MORADORES EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE JOÃO PESSOA**

JOSÉ CARLOS ARAÚJO DA SILVA FILHO

JOÃO PESSOA - PB

2016

JOSÉ CARLOS ARAÚJO DA SILVA FILHO

RELATÓRIO TÉCNICO-CIENTÍFICO

**O PAPEL DO GESTOR PÚBLICO NA IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES
DOS MORADORES EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE JOÃO PESSOA**

Relatório técnico-científico apresentado à Banca Examinadora do Departamento de Gestão Pública da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, como requisito parcial para a obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Prof. Orientador: Dr. James Batista Vieira.

JOÃO PESSOA - PB

2016

JOSÉ CARLOS ARAÚJO DA SILVA FILHO

**O PAPEL DO GESTOR PÚBLICO NA IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES
DOS MORADORES EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE JOÃO PESSOA**

Relatório técnico-científico apresentado à Banca Examinadora do Departamento de Gestão Pública da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, como requisito parcial para a obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Prof. Orientador: Dr. James Batista Vieira.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. James Batista Vieira
Orientador

Prof. Ms. Geraldo Magela de Andrade
Examinador

Prof. Ms. Fernando José Vieira Torres
Examinador

JOÃO PESSOA - PB

2016

LISTA DE SIGLAS

| | |
|------------|----------------------------------------------------------------------|
| Centro POP | Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua |
| CRAS | Centro de Referência de Assistência Social |
| FUNJOPE | Fundação Cultural de João Pessoa |
| PMJP | Prefeitura Municipal de João Pessoa |
| RUARTES | Programa de Abordagem de Rua a Criança e Adolescente |
| SEDEC | Secretarias de Educação e Cultura |
| SEDES | Secretaria de Desenvolvimento Social do Município de João Pessoa |

RESUMO

O presente relatório analisa as iniciativas implementadas pela Secretaria de Desenvolvimento Social de João Pessoa (SEDES), com ênfase na forma como são identificadas as necessidades dos moradores em situação de rua no município. Considerando a relevância desse problema público e flagrante desrespeito à prerrogativa da dignidade da pessoa humana, será analisado o programa “Centro POP”, responsável pelo atendimento aos moradores em situação de rua em João Pessoa. A finalidade do Centro é assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida e alternativas à saída das ruas. Para alcançarmos tal objetivo lançamos mão de pesquisa exploratória, documental e bibliográfica e entrevistas semiorientadas com os gestores do programa. Os resultados obtidos mostram que o principal problema enfrentado pelo Centro POP está relacionado com a estrutura física de acolhimento a esses moradores, mesmo com os incrementos recebidos nos últimos anos. Ressaltamos também a importante contribuição de outras entidades, principalmente ligadas ao terceiro setor, no desenvolvimento dessa política pública.

Palavras-chave: Política de Assistência Social. Centro POP. Moradores em Situação de Rua.

SUMÁRIO

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 6 |
| 2 OBJETIVOS | 8 |
| 2.1 Objetivo Geral | 8 |
| 2.2 Objetivos Específicos | 8 |
| 3 REVISÃO TEÓRICA | 9 |
| 3.1 Políticas públicas e normativas sobre moradores de rua no município de João Pessoa | 9 |
| 3.2 Serviços prestados em João Pessoa | 11 |
| 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 13 |
| 5 ANÁLISE DO CENTRO POP | 14 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 16 |
| REFERÊNCIAS | 17 |

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, existe um grande problema relacionado aos moradores em situação de rua que são alvos de uma série de problemas como uso de drogas e exposição à violência, para converter a situação dessas pessoas, existem programas que tem como objetivo recuperar o convívio social desses moradores buscando auxiliá-los de diversas maneiras, desde sua retirada das ruas até sua reintegração familiar. A partir desta situação, a Secretaria de Desenvolvimento Social do Município de João Pessoa (SEDES), busca atender tais pessoas com a criação de programas de apoio como, por exemplo, o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) que consiste em uma unidade da SEDES que recebe cerca de 20 moradores de rua por dia, ajudando-os na reabilitação social. Ao todo, são cerca de 250 pessoas cadastradas neste centro que funciona em dois lugares de grande concentração de moradores em situação de rua, uma unidade está instalada no bairro do Centro que geograficamente é o local de maior número desses moradores e outra unidade instalada no bairro de Tambaú que é o segundo local mais procurado pelos moradores em situação de rua. Na Paraíba existem cinco unidades do Centro POP instaladas, os municípios de Campina Grande, Bayeux, Santa Rita e Patos, são cidades que devido o número de moradores de rua, também foram instalados unidades do Centro POP além de João Pessoa.

O Centro POP está previsto no Decreto nº 7.053/2009 e na Tipificação Nacional de Serviços Sócio assistenciais, constitui-se em unidade de referência da Proteção Social Especial (PSE) de média complexidade, de natureza pública e estatal, cujo serviço é ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência (BRASIL, 2009).

A finalidade do Centro é assegurar atendimento aos moradores em situação de rua, bem como o desenvolvimento de atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida e alternativas à saída das ruas. O Centro POP desenvolve trabalho técnico para a análise das demandas dos usuários, orientação individual e grupal e encaminhamentos a outros serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas que possam contribuir na construção da autonomia, da inserção social e da proteção às situações de violência.

A unidade deve representar espaço de referência para o convívio grupal, social e o desenvolvimento de relações de solidariedade, afetividade e respeito. Na atenção ofertada no Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, deve-se proporcionar vivências para o alcance da autonomia e estimular, além disso, a organização, a mobilização e a participação social. A Secretaria de Desenvolvimento Social informa que os usuários são encaminhados para cursos profissionalizantes, onde possam trabalhar habilidades e adquirir formação técnica para conseguir emprego após a formação.

No site da Prefeitura Municipal de João Pessoa encontra-se disponível também o programa denominado Ruartes que trabalha diretamente com o apoio ao Centro POP e que atua como um serviço especializado de abordagem social e tem como base a Lei nº 11.258/2005 (BRASIL, 2006) - que determina a criação de programas de amparo/proteção às pessoas que vivem em situação de rua, no âmbito da assistência social. O Serviço Especializado em Abordagem Social tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida. O público prioritário são crianças e adolescentes vítimas da exploração do trabalho infantil ou vítimas da exploração sexual e os jovens, adultos, idosos, pessoas com algum tipo de deficiência e famílias que utilizam espaços públicos como forma de moradia.

Apesar de todas essas ações, de acordo com site da Prefeitura Municipal de João Pessoa, a SEDES diz que o maior obstáculo ainda é o comportamento dos próprios moradores de rua. Uma parcela significativa deles não busca ajuda e se entrega ao consumo de entorpecentes, sem dar chance para que eles mesmos possam deixar a vida precária. Existem também os serviços de acolhimentos fornecidos pela SEDES, que atendem aos adultos e jovens com deficiência e as crianças e adolescentes que vivem em situação de rua. Existe todo um processo para que essas pessoas sejam inseridas nesse programa de acolhimento, cada pessoa em sua faixa etária precisa atender um padrão para que possam ser atendidas.

Por tudo isso, devido à complexidade dessa política e a sua importância social, faz-se indispensável avaliar os resultados obtidos até então, registrando os principais limites e possibilidade de aperfeiçoamento da política de forma que seja possível contribuir para seu aprimoramento.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Descrever como o gestor público identifica as necessidades dos moradores em situação de rua no município de João Pessoa.

2.2 Objetivos Específicos

- a) Descrever os programas, projetos e ações de apoio aos moradores de rua existentes no município de João Pessoa;
- b) Caracterizar o público alvo e os demais interessados envolvidos nas ações de apoio aos moradores de rua;
- c) Identificar e registrar os principais resultados e limites da política de apoio aos moradores de rua, por meio de entrevista junto ao coordenador do programa.

3 REVISÃO TEÓRICA

É necessário contribuir com a resolução do problema das pessoas que se encontram vagando pelas ruas sem expectativa de vida, com sua moral e dignidade afetadas pelo fato de residirem nas ruas, dormindo em calçadas da cidade João Pessoa. Cabe à gestão pública enfrentar esse desafio em favor do bem estar da sociedade. Essa parte da sociedade que vive em situação de rua é a mais carente de atenção do poder público. Assim, considerando que atualmente a cidade de João Pessoa apresenta um número de 250 moradores em situação de rua, é importante voltar à atenção para essas pessoas.

A Constituição Federal do Brasil dá relevância a esse tema, haja vista, que essas pessoas são discriminadas e vivem correndo riscos de se envolverem, por exemplo, no mundo da criminalidade, por não terem condições dignas de viver na sociedade. Existe um decreto que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu comitê intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências, que é o decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, vale destacar que no Art. 5º são citados os princípios da Política Nacional para a população em Situação de Rua. Existe também a Lei nº 11.258, 30/12/05, que altera o parágrafo único do art. 23 das Leis Orgânicas da Assistência Social: “Na organização dos serviços da Assistência Social serão criados programas de amparo: II - às pessoas que vivem em situação de rua.” Estabelece a obrigatoriedade de criação de programas direcionados à população em situação de rua em situação de rua, no âmbito da organização dos serviços de assistência social, numa perspectiva de ação intersetorial (BRASIL, 2009; BRASIL, 2005).

O interesse também se deu para contribuir com as pesquisas da área de Gestão Pública, visando aperfeiçoar a criação de políticas públicas pelos futuros gestores públicos a serem formados.

3.1 Políticas públicas e normativas sobre moradores de rua no município de João Pessoa

Foram nas últimas décadas que a importância do campo de conhecimento de políticas públicas foi notada, a atenção de métodos científicos, as formulações e as decisões do governo sobre problemas públicos, se expandem para diversas áreas da obra governamental, inclusive para política social. Harold Lasswell, como um dos fundadores mais conhecido da área de políticas públicas, resume a definição proferindo que: “análise e decisões sobre

políticas públicas implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz” (SOUZA,2006).

As políticas públicas são diretrizes, processos e regras para as relações entre poder público e coletividade, mediações entre sociedade e Estado. A visão geral dos benefícios de uma política social relata que as desigualdades sociais são resultados de decisões particulares, cabendo à política social um papel importante no ajuste de seus efeitos. Entretanto, a presença cada vez mais ativa da sociedade civil nos temas de interesse geral torna essa questão fundamental (TEIXEIRA, 2002).

Através da prática de políticas públicas, o governo vem realizando programas de apoio a diversas necessidades existentes, o que não significa que tenha cessado as dificuldades no Brasil. pensando sempre no bem comum e em como fazer o Brasil um “País de todos”. A experiência de trabalhar tais políticas vêm se tornando essenciais para as pessoas que vivem em extrema pobreza, possibilitando as mesmas obter uma chance de mudar sua realidade. Para Siqueira e Dell’Aglío (2011) são programas que compõem uma política social preventivos, evitando que os problemas apresentados se agravem.

Sendo assim, é de suma importância ressaltar a problemática de pessoas que vivem em situação de rua, vítimas de exclusão da sociedade. Segundo Hutz e Koller (1997):

“A vida na rua gera altos níveis de stress, riscos frequentes e vulnerabilidade emocional, social, física e educacional para essas crianças. Onde vivem uma vida de exclusão e estão sempre expostas ao crime ou a violência da rua. Para manterem-se na rua, desenvolvem estratégias para lidar com as circunstâncias que as expõem a esses riscos e as tornam vulneráveis”. (HUTZ; KOLLER, 1997)

No Brasil os direitos sociais passaram a amparar a população em situação de pobreza após a Constituição de 1988. O Artigo 203 diz, entre outras coisas, que:

“Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:
I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; (...)”(BRASIL, 1988).

Pessoas não vivem sem teto, sem abrigo, sem acolhida; a responsabilidade por uma criança que vive nas ruas é da sociedade e não da criança. A resolução nº 109, de 11/11/2009 aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, como também: Abrigo Institucional, Casa-lar, Casa de Passagem e Residência Inclusiva como Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade (TÔRRES, 2013).

3.2 Serviços prestados em João Pessoa

A Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES), atualmente é responsável por promover a universalização do direito dos cidadãos à proteção e à inclusão social. Esta tem como público-alvo grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social (LEITE; NASCIMENTO, 2010). Pela PMJP são desenvolvidos os seguintes programas, projetos e serviços:

- a) Programa de Abordagem de Rua a Criança e Adolescente (RUARTES): Programa de abordagem de crianças e adolescentes em situação de rua. A proposta se utiliza basicamente da linguagem artística para facilitar a aproximação. Depois da abordagem é feito o encaminhamento, seja para um retorno à comunidade, seja para uma das unidades de acolhimento. Conta com uma equipe multidisciplinar que atua em quatro áreas da Capital: Terminal Rodoviário, Parque Sólon de Lucena (Lagoa), Mercado Central, e na orla (praias de Tambaú e Manaíra). Também desenvolve um trabalho com um grupo de garotos e garotas na feira do Bairro dos Estados.
- b) Centro de Formação Margarida Pereira da Silva: Desenvolve atividades de aprendizagem na educação infantil, como: artísticas, de esporte, de escolarização e qualificação profissional com as crianças e adolescentes acolhidos.
- c) Centro de Referência de Assistência Social (CRAS): “Porta de entrada” da Assistência Social pessoense. O município conta com o apoio de oito CRAS, que fazem o acompanhamento socioassistencial das famílias integradas à rede das demais políticas públicas. Eles estão instalados nos bairros: Ilha do Bispo, Gramame, Valentina de Figueiredo, Mandacaru, Alto do Mateus, Cruz das Armas, Cristo Redentor e São José. (JOÃO PESSOA, 2016)

Analisando os serviços prestados pela PMJP percebemos que todos estão funcionando adequadamente, desde sua fundação, atuando com encaminhamento para os conselhos tutelares, para as famílias, os serviços de saúde, as oficinas de arte lúdico/pedagógicas e escolas, atendendo diariamente crianças e adolescentes que vivem em vulnerabilidade social (PARAÍBA, 2010). Pensando em especial no Centro de Formação Margarida Pereira da Silva, que desde 2006 desenvolve suas atividades sob a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES) em parceria com a Secretarias de Educação e Cultura (SEDEC), envolvendo ainda a Fundação Cultural de João Pessoa (FUNJOPE) e a Secretaria

de Saúde. São serviços que se tornaram um marco na política da criança e adolescente em João Pessoa

Os serviços prestados pela sociedade civil contam com a ajuda da própria população para conseguir mantê-las funcionando. Ocorre através de doações como: dinheiro, alimentos, produtos de higiene, roupas, sapatos, brinquedos e produtos de limpeza. Normalmente as instituições precisam de pessoas para realizar brincadeiras com as crianças, atividades físicas e culturais, ou apoiar na lição de casa. Trabalho esse que é feito por voluntários (SANTANA, 2003). O papel social desempenhado por estas instituições tem um aspecto comum, e baseia-se na transferência da responsabilidade da sociedade para com a instituição (SANTANA, 2003). O desafio das instituições está em garantir a sobrevivência e tentar instalar possibilidades de vida que não tenham a rua como ponto central.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O desenho de pesquisa adotado foi o estudo de caso do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), a principal instituição responsável pelo atendimento aos moradores em situação de rua no município de João Pessoa. Para tanto, a pesquisa associou como técnicas de coletas de dados a entrevista semiestruturada e serão levados em conta os serviços prestados pelos programas promovidos pela prefeitura do município. O estudo pretende avaliar os serviços voltados aos moradores de rua em situação de rua. Para tanto lançamos mão de pesquisa exploratória além de entrevistas semiorientadas com os gestores do programa.

Por termos usado artigos, livros, revistas, jornais, legislação pertinente e páginas governamentais na Internet nosso presente estudo também se configura como uma pesquisa bibliográfica e documental.

A entrevista contou a aplicação de um questionário com cinco questões feitas ao coordenador geral do Centro POP Márcio de Paula, com base nas respostas obtidas na entrevistas podemos ter mais concretização das informações que ele recebe identificando assim as necessidades dos moradores em situação de rua na cidade de João Pessoa, fez-se também uma análise observatória visitando a unidade do Centro POP que funciona no bairro do Centro da cidade, podendo-se observar o grande fluxo de movimento dos moradores no Centro e o modo de convivência deles de maneira pacífica e bem melhor que as ruas, é importante verificar se realmente o a assistência que é oferecida a essas pessoas, consiga de alguma maneira melhorar seu estado de convívio social, entre eles mesmos e ainda mais com pessoas que eles desconhecem e passam a criar um vínculo recuperando assim a confiança em conviver com outras pessoas.

5 ANÁLISE DO CENTRO POP

O principal objetivo do programa sob análise é garantir à população em situação de rua do município de João Pessoa o acesso a habitação, a alimentação, a saúde, a retirada de documentos. Por mais que as pessoas porventura desejem estar nas ruas, a coordenação do programa informa que o serviço público visa garantir o acesso dessas pessoas às políticas públicas dos mais diversos setores.

Na entrevista com o coordenador do Centro POP fomos informados que o programa identifica as necessidades e atende as demandas dos moradores de diversas formas, desde a apresentação espontânea da pessoa onde ela se apresenta como morador de rua e busca ajuda diretamente no centro ou o morador em situação de rua pode ser encaminhado pelos programas Ruartes ou Consultório na Rua que são responsáveis pelas atividades de campo e contam com o apoio de assistentes sociais, artistas, médicos, psicólogos, enfermeiros e etc.

A polícia militar também encaminha essas pessoas para serem atendidas pelo Centro POP em algumas de suas abordagens, nessas ocasiões quando são atendidas pelos profissionais da instituição é feito um processo de triagem para que seja feita uma avaliação dos seus problemas e quais os serviços adequados para cada morador de rua, buscando assim atender as necessidades dessas pessoas, tentando ajudar desde uma simples higienização até a reconstrução da sua convivência familiar, incluindo nisso os encaminhamentos sociais, médicos ou psicológicos que se mostrarem necessários.

O principal problema enfrentado é a capacidade de atendimento do centro, ressaltando a questão de dormida no horário da noite, já houve uma grande melhora na questão de espaço. Em 2011 eles começaram com um espaço para atender até 50 pessoas que procuravam os serviços por eles oferecidos, hoje eles contam com uma casa de acolhimento com suporte para 250 moradores em situação de rua, contam com oficinas de serigrafia, carpintaria, gastronomia, esporte e lazer, com o apoio de dez secretarias dentre elas as secretarias de saúde e de educação. Existe também o apoio de algumas organizações privadas, como por exemplo: Cidade Viva e as comunidades católicas que ajudam com a distribuição de alimentos, agasalhos e etc.

É preciso para além das dificuldades enfrentadas com a própria gestão do programa, que a equipe de trabalho saiba lidar inclusive com a rejeição dos moradores em situação de rua em participarem das ações do projeto. Com base nas informações do coordenador do programa durante a entrevista, pudemos identificar que, nesse caso, muitas vezes, a

drogadição, notavelmente o alcoolismo, é um fator preponderante no abandono das ações empreendidas e o principal motivo para o retorno desses cidadãos para as ruas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face do aqui exposto, podemos concluir que os serviços prestados pelos programas de apoio aos moradores em situação de rua são importantes para a sociedade de modo geral, essas pessoas precisam muito do apoio prestado pelos serviços públicos existente na cidade de João Pessoa, tendo em vista que com o passar do tempo, o espaço tem sido ampliado para tentar evitar que pessoas fiquem vagando pelas ruas, expostas a inúmeros perigos e terem a oportunidade de se alimentar, tomar banho e dormir de maneira mais tranquila.

Existem melhorias a serem feitas, como a melhoria da infraestrutura que está sendo estudada pelos responsáveis do programa e as secretarias de apoio, o atendimento mensal do Centro POP é de 100 moradores em situação de rua, uma demanda razoável de pessoas que precisam muito de ajuda. Todo apoio é bem-vindo, pode-se concluir que foi satisfatório poder acompanhar o que acontece e como acontece o processo de retirada de pessoas das ruas e o quanto é importante o papel dos programas e serviços prestados na recuperação individual e familiar dessas pessoas que merecem a chance de viverem reinseridas na sociedade.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, A. M. de S.; ALVARENGA, A. T. de; RINA, S. C. de S. A. D. Histórias de Vida de Moradores de Rua, Situações de Exclusão Social e Encontros Transformadores. **Revista Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.18, n.2, p.259-272, jun 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/pjSbh0>> Acesso em: 26 jun. 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 jan. 1988. p. 1, anexo.

_____. Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 dez. 2009. Seção 1. p. 16. Disponível em: <<https://goo.gl/tu5hrO>> Acesso em: 13 jun. 2015.

_____. Lei nº11.258 de 30 de dezembro de 2005. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 02 jan. 2006. Seção 1. p. 1. Disponível em <<https://goo.gl/kgcs9w>> Acesso em: 18 set. 2016.

CNMP - Conselho Nacional do Ministério Público. Resolução nº 109. Revoga a Resolução CNMP nº 60, de 27 de julho de 2010, que Disciplina a Estrutura dos Serviços Auxiliares do Ministério Público e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 03 jul. 2014. Seção 1. p. 108. Disponível em: <<https://goo.gl/B3aF8F>> Acesso em: 13 jun. 2015.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HUTZ, C. S.; KOLLER, S. H. Questões Sobre o Desenvolvimento de Crianças em Situação de Rua. **Revista Estudos de Psicologia**, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, v.2, n.1, p 175-197, 1997. Disponível em: <<https://goo.gl/FMOAPf>> Acesso em 18 jun.2015.

JOÃO PESSOA. Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/gohWSZ>> Acesso em: 18 set. 2016.

LEITE, J. A. C.; NASCIMENTO, M. de F. M. do. O Trabalho do Assistente Social no Programa de Abordagem de Rua à Criança e ao Adolescente em Situação de Vulnerabilidade Social. In: Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 62, 2010, Natal. **Anais**. Natal: SBPC, 2010.

SANTANA, J. P. **Instituições de Atendimento à Crianças e Adolescentes em Situação de Rua**: Objetivos Atribuídos por seus Dirigentes e pelos Jovens Atendidos. Dissertação (Mestrado em Psicologia de Desenvolvimento) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003. Disponível em <<https://goo.gl/X6j8bC>> Acesso em: 20 jun. 2015.

SIQUEIRA, A. C.; DELL'AGLIO, D. D. Políticas Públicas de Garantia do Direito à Convivência Familiar e Comunitária. *Revista Psicologia e Sociedade*, Florianópolis, vol. 23, n. 2. p. 262-271, ago. 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/ECE8dJ>> Acesso em: 18 jun. 2015.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: Uma revisão da literatura. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, nº16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <<https://goo.gl/a4OKH3>> Acesso em: 10 jun. 2015.

TEIXEIRA, E. C. Políticas Públicas: O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. Salvador: Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais do Estado da Bahia, 2002. Disponível em: <<https://goo.gl/QnyCBz>> Acesso em: 12 jun. 2015.

TÔRRES, R. M. O Serviços de Acolhimento Institucional em Goiás: Desafios na Efetivação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária na Perspectiva da Atuação dos Conselhos de Direito. In: SILVA, E. M. da; SOARES, L. B. (orgs). **Políticas Públicas e Formas Societárias de Participação**. Belo Horizonte: UFMG, 2013.